

# Boletim do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp



10 de  
Agosto

014/2021

GESTÃO  
2017 - 2021

## NOSSA LUTA

# HOJE

**ASSEMBLEIA GERAL VIRTUAL - 10h**  
<https://meet.google.com/jkd-dbkx-hau>

*Vamos organizar a nossa participação na Greve Geral dos Servidores Públicos e Dia Nacional de Luta*



Hoje, na nossa Assembleia Geral Virtual, vamos organizar a nossa manifestação na Greve Geral dos Servidores Públicos e Dia Nacional de Luta, que acontece no dia 18/08.

O Encontro Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Serviço Público, realizado no final de julho, aprovou a greve do funcionalismo como caminho de luta e resistência contra a Reforma Administrativa (PEC 32).

### **Mentiras do Bolsonaro**

O governo mente quando diz que a PEC 32 vai solucionar a questão fiscal, acabar com os “privilégios”, resolver o problema dos altos salários e retomar o crescimento da economia.

A verdade é que a medida vai acabar com a estabilidade do servidor público, com os concursos públicos e os nossos benefícios conquistados. Além de dar brecha para a redução salarial.

As pesquisas mostram que a maioria dos servidores públicos que está nos municípios (60%) ganha uma média de R\$ 2.835 e que os altos salários estão no Judiciário e no Legislativo. Mas esses – e os militares – não estão incluídos na reforma, demonstrando que o objetivo não é a redução do gasto público.

Amparada na mentira de que há “excesso de servidores”, a PEC 32 abre espaço para a privatização e o desmonte do serviço público ao criar mecanismos para a extinção de carreiras e ampliar a terceirização.

A realidade prova que estamos trabalhando por dois ou três porque há déficit de funcionários para executar serviços essenciais à população.

### **Defender o servidor e o serviço público de qualidade**

Venha para a **assembleia hoje, às 10h**, para organizar a nossa luta contra esse ataque cruel que favorece a

corrupção porque facilita o apadrinhamento político enquanto tenta extinguir o nosso direito à estabilidade.

Sem a estabilidade não poderemos denunciar casos de corrupção porque estaremos desprotegidos ou suscetíveis a retaliações da chefia. Então a estabilidade serve para defender o serviço público e a sociedade e não os nossos empregos.

Não há dúvida de que a Reforma Administrativa trará impactos negativos para a sociedade, especialmente para a população vulnerável que é a que mais depende de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, moradia, trabalho, alimentação e outros direitos sociais que estão ameaçados pela PEC 32.

Nós temos um papel importante de enfrentamento a essa PEC 32 que tem como objetivo central atentar contra o Estado Democrático e de Direitos.

O propósito da Greve Geral dos Servidores Públicos e Dia Nacional de Luta é derrubar a PEC 32 e cobrar a abertura de impeachment do Bolsonaro.

No dia 18/08 vamos denunciar as privatizações e os ataques à democracia e também defender o auxílio emergencial de R\$ 600, a vacina para todos e mais emprego para a população.

São os nossos direitos que estão em jogo e cabe a cada um de nós defendê-los.

Compareça à assembleia para discutir as nossas ações para a derrubada dessa proposta.

**LINK DE ACESSO PARA A ASSEMBLEIA GERAL VIRTUAL: <https://meet.google.com/jkd-dbkx-hau>**

## Antecipar o que é nosso por direito não ameniza o arrocho, senhores reitores!

### *Cadê a reunião do GT salarial para discutir a reposição das perdas e a valorização dos níveis iniciais das carreiras?*

Até o fechamento deste boletim do Fórum das Seis, na manhã de 5/8/2021, o Conselho de Reitores (Cruesp) ainda não havia cumprido seu compromisso de agendar nova reunião do GT Salarial entre as partes, montado com o objetivo de formular propostas para a recuperação das perdas salariais e para a valorização dos níveis iniciais das carreiras. Na negociação de 15/7, o presidente do Cruesp e reitor da USP, professor Vahan Agopyan, comprometeu-se a realizar a reunião ainda em julho.

Em vez da reunião, o Cruesp anunciou – por meio do Comunicado 8/2021, divulgado na noite de 4/8 – a intenção de antecipar metade do 13º salário para 25 de agosto.

Para o Fórum das Seis, trata-se de uma evidente tentativa de contornar a indignação dos servidores docentes e técnico-administrativos das universidades, frente a um arrocho que já consome um terço do poder aquisitivo que tinham em maio/2012. Ao arrocho salarial, soma-se a sobrecarga de trabalho, fruto de cerca de sete anos com pouquíssimas contratações, e que leva ao adoecimento um número

cada vez maior de servidores das universidades.

Antecipar o que já é nosso por direito não resolve. Queremos negociar o reajuste salarial, um plano de recuperação do nosso poder aquisitivo e a valorização dos níveis iniciais das carreiras.

No dia 11/8, as entidades que compõem o Fórum das Seis voltam a se reunir para tabular os resultados das assembleias de base e definir os rumos da mobilização.

### **Apoio na LC 173 e decisão política pelo arrocho**

Os reitores tomaram a decisão política de manter os salários e benefícios arrochados, embora as universidades estejam em muito boa situação financeira, apesar da pandemia. Ao mesmo tempo em que reconhecem a existência de pesadas perdas salariais, fruto de vários anos sem sequer a reposição da inflação, eles decidiram se apoiar em interpretações jurídicas, a nosso ver questionáveis, para não fazer nada. Propõem zero de reajuste!



## **Situação na Unesp é mais grave: Já são dois meses e meio de trabalho gratuito**

No caso da Unesp, o arrocho é ainda maior. A Universidade deve o reajuste de 3% da data-base de maio/2016, pago na Unicamp e na USP. Evidentemente, configura-se compromisso assumido anteriormente à promulgação da LC 173, e não honrado até agora.

Já se vão cinco anos de quebra da isonomia de reajustes com as universidades irmãs. Somente por conta deste calote, os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp deixaram de receber, de maio/2016 a junho/2021, cerca de dois salários e meio em valores atualizados pelo IPCA, ou seja, trabalharam dois meses e meio de graça nesse período.



O desempenho do ICMS (imposto do qual deriva o financiamento das universidades), apesar da pandemia, está em ótimos níveis. De janeiro a junho deste ano, a arrecadação já chega a R\$ 64,4 bilhões, cerca de R\$ 14 bilhões a mais do que igual período do ano passado. Esse resultado aponta para a superação da meta prevista pela Secretaria da Fazenda para 2021 (R\$ 118 bilhões), utilizada pelas universidades na confecção de seus orçamentos para este ano. A previsão do Fórum das Seis é de que o ICMS total de 2021 seja de, no mínimo, R\$ 127 bilhões.

Portanto, não há nenhuma justificativa financeira para manter os salários arrochados e não viabilizar as contratações para repor os quadros defasados das universidades. Em confortável situação financeira – o comprometimento dos recursos com folha de pagamento aponta para patamares abaixo de 70% – as universidades devem encerrar o ano com substanciais reservas de caixa.

Os reitores estão se apoiando na Lei Complementar (LC) 173/2021 para alegar que estão impedidos de negociar qualquer coisa este ano. A LC 173 é a lei que estabeleceu ajuda da União aos estados e municípios por conta da pandemia no ano passado, e que embutiu algumas regras para prejudicar os servidores, como o congelamento de salários e benefícios até dezembro de 2021. Mas os argumentos dos nossos reitores não se sustentam por 3 razões, já demonstradas fartamente pelas assessorias jurídicas dos sindicatos:

1) A LC destina-se aos entes federados (estados, municípios, distrito federal) e não às universidades estaduais, que são

autarquias de regime especial e detêm autonomia de gestão. 2) Ainda que se aplicasse às universidades – teoria com a qual não concordamos - a LC abre exceções para o pagamento de itens acordados antes de sua criação. E a nossa reivindicação é, justamente, a reposição de inflação anterior à lei.

3) A LC tem um item – comodamente ignorado pelos reitores – que permite a correção de “despesas obrigatórias pelo IPCA (índice que mede a inflação) dos últimos 12 meses. Evidentemente, salários são “despesas obrigatórias”.

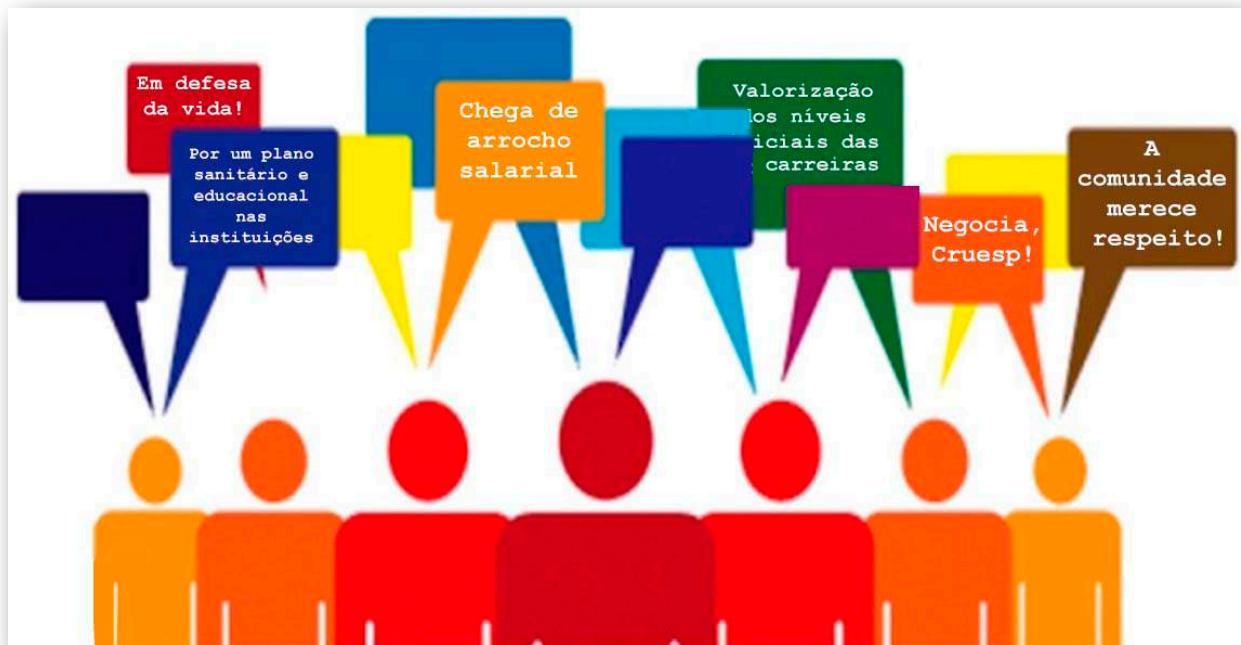
### **Poder aquisitivo em queda acentuada**

Há alguns anos, as universidades vêm dando calotes nas reposições inflacionárias, o que faz cair rapidamente o poder aquisitivo dos salários. Por isso, a Pauta Unificada de Reivindicações 2021 tem como pontos centrais três questões:

1) A recomposição do poder de compra dos servidores (o reajuste necessário para voltar a maio/2012 é 29,81%). Queremos o pagamento de 8% agora e o restante em dois anos.

2) A valorização dos níveis iniciais das carreiras: o Fórum das Seis apresentou propostas concretas. No caso dos técnico-administrativos, a reivindicação é de concessão de R\$ 500,00 fixos para todos, de modo a favorecer os níveis iniciais.

3) A discussão de um Plano Sanitário e Educacional com a participação democrática da comunidade, incluindo questões como o retorno presencial.



### **Chega de arrocho!**

**Queremos a discussão e a aprovação de um plano para a recuperação das perdas e para a valorização dos níveis iniciais das carreiras!**

**Queremos debater o cenário da retomada presencial e um Plano Sanitário e Educacional para as instituições!**

## NOSSOS DIREITOS

### Antecipação do 13º salário é mais uma cortina de fumaça do Cruesp para desviar a atenção da luta por reajuste enquanto a gente empobrece

A antecipação da primeira parcela do 13º salário é um dos itens da nossa Pauta Específica de Reivindicações.

Em alinhamento com o nosso pedido, o Cruesp anunciou, no dia 04/08, que adiantará esse pagamento para o próximo dia 25 e que a data de depósito da segunda parcela será decidida oportunamente.

Vale destacar que essa antecipação não ameniza o arrocho salarial, tão pouco diminui perdas salariais acumuladas desde 2012.

O que o Cruesp tem que fazer é parar de enrolar e pagar o nosso reajuste com o dinheiro que está guardando há muito tempo.

Essa medida é só um jeitinho para

abafar a nossa reivindicação. E se continuarmos assim, no fim do ano nossas dívidas se tornarão uma bola de neve que serão somadas ao IPTU, IPVA, mensalidades escolares entre os boletos que não param de chegar.

Queremos reajuste digno para conseguir pagar as nossas contas em dia, sem precisar mendigar por salário.

### PAUTA ESPECÍFICA DE REIVINDICAÇÕES 2021

#### Adendo à pauta sobre saúde da população negra

Nesta semana o STU enviará à reitoria um adendo a nossa Pauta Específica de Reivindicações 2021 que foi protocolada na semana retrasada.

Ficou de fora da pauta o item que reivindica a implementação da Política Nacional de Saúde da População Negra na Área de Saúde da Unicamp.

A demanda foi aprovada em assembleia, mas no momento da revisão da pauta, erroneamente, acabou ficando de fora.

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra visa a redução das desigualdades étnico-raciais, o combate ao racismo e à discriminação nas instituições e nos serviços do SUS. Além de ser um reconhecimento de que as condições de vida dos negros resultam de injustos processos sociais, culturais e econômicos presentes na história do país.

A nossa pauta já está disponível no site do Sindicato [[www.stu.org.br](http://www.stu.org.br)].

### RETORNO AO TRABALHO

A comissão aprovada na nossa última plenária já está finalizando o documento com o posicionamento dos trabalhadores em relação à GR 49/2021 da retomada do trabalho.

O documento, que será entregue em breve à reitoria, sinaliza que a prioridade de trabalho ainda deve ser o home office e que o retorno presencial aconteça mediante a garantia de vacina para todos.

O entendimento é que cabe à Unicamp oferecer todas as condições sanitárias adequadas (como EPIs, álcool em gel, máscara etc.) e tratamento igual a todos os trabalhadores, incluindo os terceirizados.

Esse documento será apresentado hoje na assembleia, que começa às 10h.

### Começa hoje as eleições obrigatória para escolha dos novos membros da Cipa Unicamp



De hoje até quarta-feira (12) acontece a eleição da CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) Unicamp.

A votação é online e para que o voto seja efetivado o eleitor deverá utilizar o

seu e-mail institucional pessoal.

No período da eleição o Sistema e-Voto da Unicamp ([evoto@unicamp.br](mailto:evoto@unicamp.br)), encaminhará mensagem para o e-mail institucional de cada eleitor, onde constará o link para acessar a página web onde o voto deve ser depositado.

De acordo com as orientações da Cipa Unicamp, cabe ao eleitor garantir que sua conta de e-mail institucional individual esteja ativa.

O voto poderá ser realizado de qualquer computador que esteja conectado à Internet.

#### Voto obrigatório

Todos os funcionários e docentes vinculados à Unicamp devem votar

entre os dias 10 e 12 de agosto porque o voto é obrigatório, conforme o disposto na portaria GR-139/91.

#### Justificativa de ausência

Segundo a Cipa Unicamp, o eleitor que tiver algum imprevisto nos dias da eleição e não conseguir votar, deve procurar o RH de sua unidade e encaminhar a justificativa de ausência.

A Cipa é parceira do STU na luta para prevenir acidentes de trabalho e promover a saúde e melhores condições de trabalho dentro da Unicamp.

Se você tiver dificuldade na votação procure o RH da sua unidade.

Fique de olho na sua caixa de e-mail e não deixe de votar!